

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
 Leão Serva
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Um sucesso que dá medo

O comportamento da economia brasileira no ano passado, sobretudo no segundo semestre, corresponde exatamente àquilo que a sociedade almeja. Houve um círculo virtuoso, no qual o aumento da renda da população, como consequência da queda brusca da inflação, estimulou o consumo, que exigiu mais produção, que gerou empregos, exigiu investimentos e produziu mais renda.

Em 1993, a economia brasileira, embora assolada por uma inflação que, naquele ano, foi de cerca de 2.500%, apresentou um extraordinário crescimento que, em números revistos pelo IBGE, atingiu 4,21%. Eram visíveis, porém, já naquele ano, os sinais de que a persistência da inflação em níveis tão elevados tenderia a reduzir a velocidade de crescimento. De fato, no primeiro semestre de 1994, o crescimento do PIB brasileiro foi de 3,7%, inferior, portanto, ao de 1993.

Mas, com a chegada do real, a atividade econômica voltou a se acelerar a tal ponto que, no segundo semestre, a expansão do PIB atingiu 7,6%, razão pela qual, na média, o crescimento da economia brasileira em 1994 foi de 5,67%, o maior índice desde 1986, nos tempos da euforia do Plano Cruzado. Estimulado principalmente pela atividade industrial e pela safra agrícola, o crescimento da economia brasileira em 1994 permitiu uma elevação de 4,2% da renda real per capita.

Números auspiciosos como esses são recebidos com entusiasmo por empresários e trabalhadores, industriais, comerciantes e consumidores. Significam que todos estão trabalhando mais, ganhando mais e podendo viver melhor. Esses mesmos números, no entanto, despertam não entusiasmo, mas preocupação nos membros da equipe econômica do governo. Não porque eles tenham alguma vocação especial para o papel de estraga-prazeres, mas porque, tendo a responsabilidade de administrar um plano de estabilização que, por todos os resultados apresentados

até agora, é um estrondoso sucesso e também porque, escaldados pela experiência do Plano Cruzado, quando uma avassaladora onda consumista esgotou a capacidade de produção do País, temem os efeitos de um excesso de demanda.

É essa preocupação que os leva a adotar medidas antipáticas, como as que foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) anteontem, com o objetivo de conter o consumo. Há medidas abrangentes entre as aprovadas pelo CMN, mas mesmo entre os principais economistas do governo é disseminada a descrença quanto à eficiência dessas medidas.

Já se prevê que, dentre todas as medidas aprovadas, as que produzirão os resultados mais imediatos são aquelas destinadas a esfriar as vendas de automóveis e de produtos eletrodomésticos. Não por acaso, dentre os bens de consumo, esses foram os dois que mais pesaram nas importações brasileiras dos últimos meses e, por isso, mais contribuíram para os déficits da balança comercial de outubro para cá. Por essa razão, muitos analistas acreditam que as medidas aprovadas pelo CMN destinam-se prioritariamente a proteger a balança comercial, embora devam também aliviar dois segmentos do mercado em que há claros sinais de excesso de demanda.

Mas essas são, no geral, medidas paliativas para conter um eventual exagero consumista. A melhor solução para casos como esse, já dissemos em editoriais anteriores, é aumentar continuamente a produção, o que exige estabilidade econômica e sistema tributário eficiente. Outra solução seria a redução drástica dos gastos do governo, o que exige outras reformas. Tais reformas demandam tempo. Quanto mais rápido o Congresso decidir sobre as reformas de que o País necessita menos motivos terão as autoridades econômicas para se preocupar com aumentos de consumo e mais motivos teremos os brasileiros para festejar o crescimento da economia.